



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE VITÓRIA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO/ES, com competência em matéria previdenciária.

Juiz Federal Titular: Dr. PAULO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO, em exercício desde agosto de 2012.

Juiz Federal Substituto: MARCELO DA ROCHA ROSADO, em exercício desde maio 2015.

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 02 até 06 de maio de 2016, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal de Vitória/ ES, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Atentar para o cumprimento das Metas 1/2015 e 5/2015 do CNJ;
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
3. Regularizar a juntada de documentos pendentes;
4. Regularizar os processos suspensos cujo motivo para suspensão não tenha sido cadastrado no sistema Apolo, para evitar a classificação da suspensão como "vazias";
5. Observar e retificar, quando possível, a classificação das sentenças, de forma a evitar a classificação equivocada, bem como a classificação como "vazias";



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 418 processos com tal fase não informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Procuradora da República e a Defensoria Pública da União, apesar de instadas a acompanharem os trabalhos desta correição, não enviaram Ofícios designando procurador ou defensor, nem tampouco apresentaram qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas vigentes, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

Titular: Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, atuando como Juiz Titular desde 20 agosto de 2012.

Substituto: Dr. Marcelo da Rocha Rosado, atuando como Juiz Substituto desde 14 de maio de 2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores previstos: 12

Total de Servidores lotados na Vara: 12

Requisitado sem vínculo: 01

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 06

Agente de Segurança; 01

Estagiários: 02

Fonte: Questionário pré-correição.

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Agosto 2014	Correição Maio/2016
Total	1.885	2.053
Suspensos	62	349
Tramitação ajustada	1.823	2.402

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em agosto de 2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mes de abril de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/05/2015 até 29/04/2016):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	8.321	62,94	4
Decisão	1.935	14,64	3
Sentença	2.965	22,43	6
Total Geral	13.221	100,00	4

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados. Período de 01/05/2015 a 29/04/2016.

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

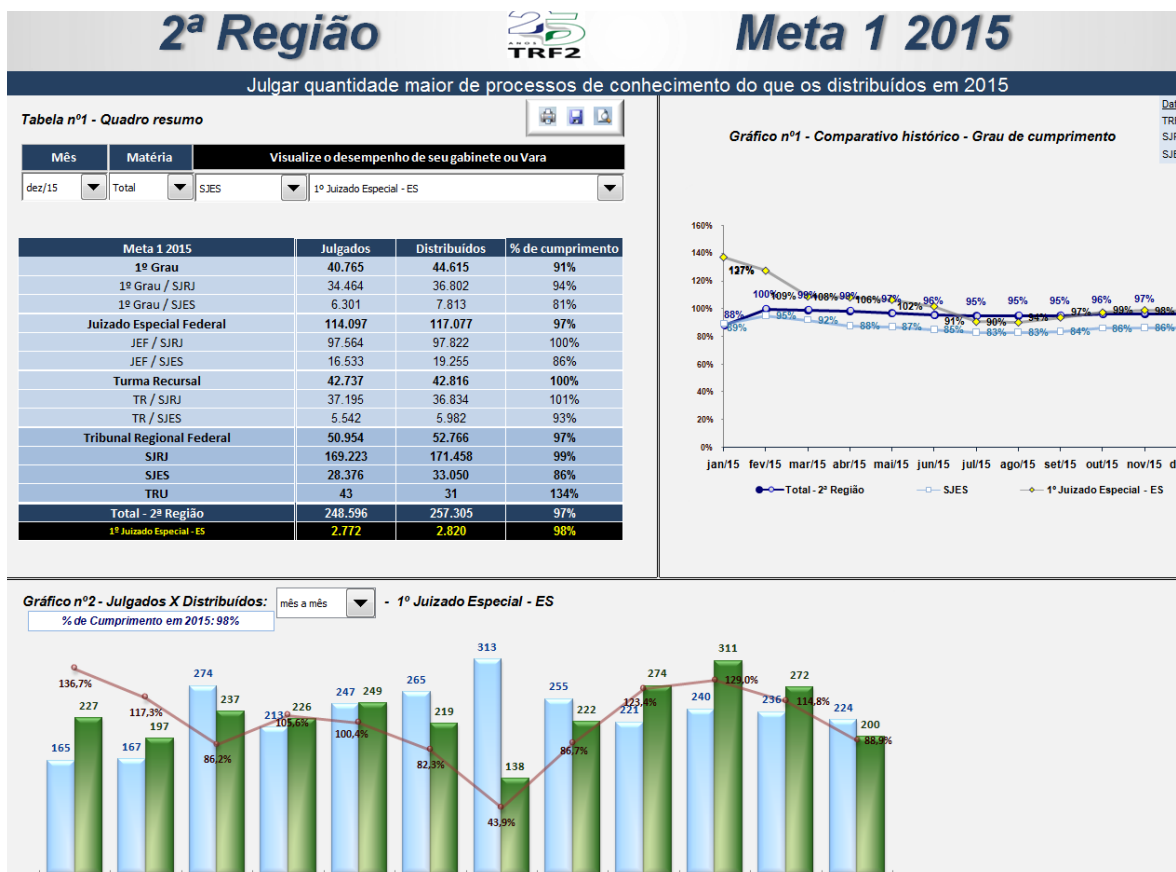
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 98%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 02/05/2016.

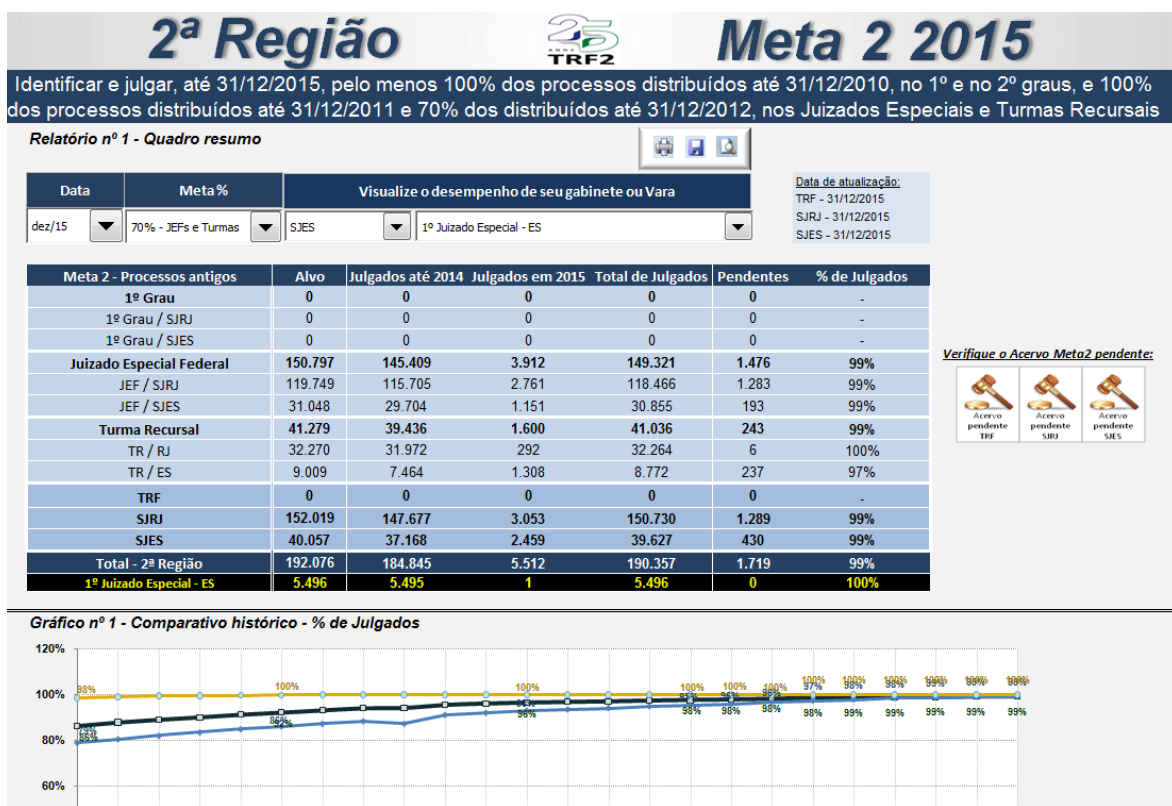
II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%**, não havendo processos pendentes de julgamento, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 02/05/2016.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

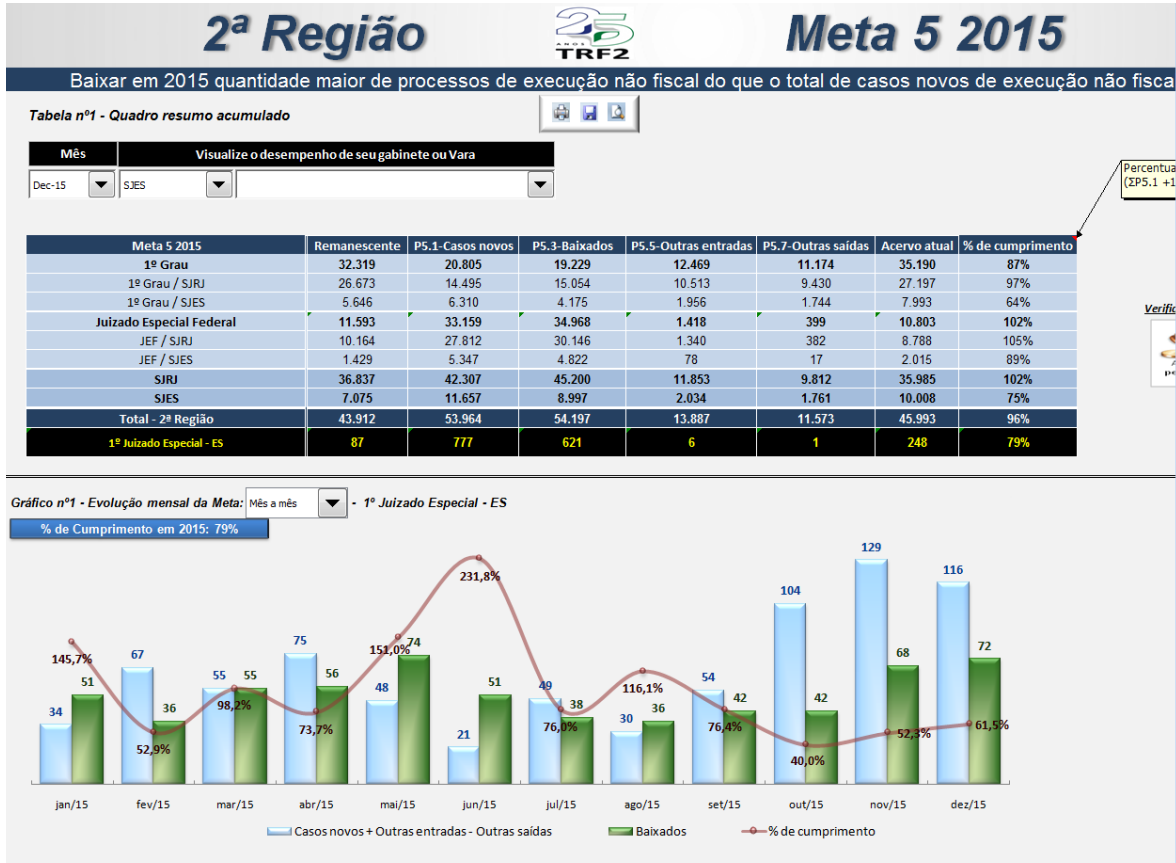
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 11/02/2016, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 79%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 02/05/2016.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**→ AUDIÊNCIAS (DE 01/04/2015 A 31/01/2016)
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 224 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 05/05/2015 e a última em 28/04/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS

**1. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, **não foram encontrados locais virtuais para as iniciais.**

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 06/05/2016, às 14h12min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. BALCÃO DE ENTRADA

12 documentos, sendo o mais antigo de 02/05/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 02/05/2016, às 18:18 min.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Questionário Pré-Correição:

"Tanto a análise de prevenção como a análise da inicial são realizadas diariamente pelo servidor responsável, fazendo a inclusão dos identificadores eletrônicos, bem como o lançamento da minuta de despacho/decisão. Em ato contínuo, o servidor encaminha imediatamente o processo ao Juiz Federal responsável."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	06/05/2016
Conclusão até	05/05/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
Total Geral	0	N/A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição até 06/05//2016.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	04/05/2016
Último Movimento até	04/05/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	18	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	18	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- **01018945220134025050** - trata-se de ação previdenciária, distribuída em 09/03/2013, na qual o último despacho que ocorreu foi para aguardar a devolução da carta precatória enviada para Porto Seguro-Bahia, em 18/03/2016. **Processo parado, desde então.**
- **01059072620154025050** - trata-se de ação previdenciária com pedido de tutela, distribuída em 23/03/2013, na qual o autor é portador de esquizofrenia paranóide e objetiva restabelecer o recebimento do auxílio doença cessado indevidamente desde 26/02/2015. receber o benefício a que tem direito na qual o último despacho que ocorreu foi para aguardar a devolução do Alvará de Levantamento em favor do autor, em 16/03/2016. **Processo parado, desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **0115959-81.2015.4.02.5050** - trata-se de ação previdenciária, distribuída em 02/07/2015, na qual o último despacho que ocorreu foi para aguardar a devolução da carta precatória, em 31/03/2016. **Processo parado, desde então.**
- **0126684-32.2015.4.02.5050** - trata-se de ação previdenciária para a concessão de auxílio doença, distribuída em 16/09/2015, na qual o último despacho que ocorreu foi para aguardar a devolução da carta precatória, em 08/03/2016. **Processo parado, desde então.**
- **0112346-53.2015.4.02.5050** - trata-se de ação previdenciária, distribuída em 05/06/2015, na qual o autor é portador de doença incapacitante e objetiva restabelecer o recebimento do Benefício Assistencial - LOAS cessado indevidamente desde 14/07/2014. O último despacho que ocorreu foi a juntada de Certidão sobre contato telefônico feito com a 1ª Vara de Família de Guarapari, em 09/03/2016. **Processo parado, desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 04/05/2016.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Arts. 180 e 318 da CNCR)

Aguardando juntada, em 04/05/2016, 13 documentos, sendo o mais antigo de abril de 2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 04/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existe apenas o seguinte local virtual de controle de prazo:

- **PRAZO: 779 documentos, sendo o mais antigo de 05/04/2016;**

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 06/05/2016, às 14h 18 min.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados os seguintes locais virtuais, entre outros:

AGUARDA CUMPRIMENTO DE MANDADO : não há nenhum documento.

AGUARDA DEVOLUÇÃO CARTA PRECATÓRIA - GERAL: 09 documentos, sendo o mais antigo de 08/03/2016;

AGUARDA RESPOSTA DE OFÍCIO - GERAL: 08 documentos, sendo o mais antigo de 09/03/2016;

EXECUÇÃO - AGUARDA DEPÓSITO RPV: 101 documentos, sendo o mais antigo de 17/12/2015;

EXECUÇÃO - AGUARDA DEVOLUÇÃO ALVARÁ: 46 documentos, sendo o mais antigo de 19/08/2015;

EXECUÇÃO - AGUARDA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ E OFÍCIO: 02 documentos, sendo o mais antigo de 29/04/2016;

EXECUÇÃO - AGUARDA LANÇAMENTO RPV: 05 documentos, sendo o mais antigo de 05/05/2016;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EXECUÇÃO - AGUARDA RESPOSTA DE OFÍCIO: 02 documentos, sendo o mais antigo de 02/05/2016;

EXECUÇÃO - Enviar RPV: 14 documentos, sendo o mais antigo de 02/05/2016;

EXPEDIR MANDADO/OFFÍCIO/CART PRECATÓRIA: 15 documentos, sendo o mais antigo de 28/04/2016;

PERÍCIA - EXPEDIR OFFÍCIO PAGAMENTO PERITO: 32 documentos, sendo o mais antigo de 02/05/2016;

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 06/05/2016, às 14h 34 min..

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

Posição em	04/05/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 04/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	05/2015 a 04/2016
	Processos	10.467
	Boletins	550
	Média (Proc. / Bol.)	19,03
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,43

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 04/05/2016.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Não foram observados processos remetidos com prazo vencido, conforme se verifica abaixo:

A imagem mostra a interface de um sistema web de produção judicial. O navegador indica o endereço "MPS Apolo - Secretaria - 2.3.0.0 - [Relatório de Processos Remetidos]". O menu superior contém opções como "Cadastro", "Processo", "Expediente", "Petição", "Guia de Remessa", "Consultas", "Relatórios", "Processo Eletrônico", "Janela", "Ferramentas" e "Ajuda". O logotipo "PRODUÇÃO JFES" é visível no topo. O formulário de busca contém os seguintes campos e opções:

- Seção: 50 | Seção Judiciária do ES
- Local: 501 | 1ª Juizado Especial - ES
- Classe: | Assunto: |
- Considerar: Remessa Interna, Remessa Externa, Ambos
- Remessa Interna: Destino: | Motivo: | Incluir Remetidos ao Arquivo, Somente com data de envio
- Remessa Externa: Entidade: | Advogado: | Destino: | Motivo: | Somente com data de envio, Desconsiderar TRF
- Período de: 01/01/1900 até 04/04/2016 | Somente Totais
- Prazos: Prazos vencidos até 04/05/2016, Prazos que venceram no intervalo de | a |
- Valor causa min.: | Valor causa máx.: |
- Processos: Somente Baixados, Somente Ativos, Ambos

Uma caixa de diálogo de erro com o título "Error" e o ícone de uma cruz vermelha está sobreposta no centro da tela. O texto da mensagem de erro diz: "Não existem dados para a impressão do Relatório." com um botão "OK" na base.

Fonte: Mapa – Apolo – Secretaria – Estatística de processos remetidos, extraído em 04/05/2016, vencidos e não devolvidos até 04/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS:

a) Total de processos suspensos, em 04/05/2016: 185

b) Motivo da suspensão:

- Aguardando decisão de instância superior: 39
- Cumprimento Precatório/RPV: 59
- Outros - Fase Conhecimento: 09
- Outros - Fase/Processo Execução : 05
- Suspensão Outros/Fase Recursal: 01
- Suspensão Aguardando Julgamento/Recurso: 02
- Vazias: 70**

c) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

-Aguardando decisão de instância superior:

- 00051117120084025050
- 00094908920074025050
- 01049838320134025050
- 00061992920104025001
- 00027379220024025050

- Cumprimento Precatório/RPV

- 00011084420064025050



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 00005387720144025050
- 00006829020104025050
- 00008269320124025050
- 00012642220124025050

- Outros - Fase Conhecimento

- 01267345820154025050
- 01272862320154025050
- 01378172420154025001
- 05000388020164025050
- 00058921520164025050

- Outros - Fase/Processo Execução

- 00005000720104025050
- 00050577620064025050
- 00021277520124025050
- 01154387320144025050
- 00020390320134025050

- Suspensão Outros/Fase Recursal

- 01215450220154025050

- Suspenso Aguardando Julgamento/Recurso

- 00008007120074025050
- 00038019820064025050

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 04/05/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 04/05/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13. SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2.965

- a. Com Resolução de Mérito - Concedido(a) em parte: 01
- b. Com Resolução de Mérito - Declarada decadência ou prescrição: 14
- c. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos: 12
- d. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 05
- e. Com Resolução de Mérito - Embargos de Declaração Não-acolhidos: 07
- f. Com Resolução de Mérito - Julgado improcedente o pedido: 418
- g. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente em parte do pedido: 140
- h. Com Resolução de Mérito - Julgado procedente o pedido: 279
- i. Convertida em Diligência: 12
- j. Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência: 02
- k. Designa perícia médica: 01
- l. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 17
- m. Em Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 05
- n. Em Embargos de Declaração Não Conhecidos: 02
- o. Em Embargos de Declaração Rejeitados: 21
- p. Resolução de Mérito - Conciliação/Transação Homologada: 17
- q. Resolução de Mérito - Condenatória: 03
- r. Resolução de Mérito - Pedido Improcedente: 991
- s. Resolução de Mérito - Pedido Procedente: 302
- t. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte: 252
- u. Resolução de Mérito - Reconhecida Prescrição/Decadência: 25



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- v. Resolução de Mérito - Reconhecimento da Procedência do Pedido pelo Réu: 01
- w. Resolução de Mérito - Pedido Procedente com Tutela Deferida: 90
- x. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida: 99
- y. Resolução de Mérito - Pedido Procedente em Parte com Tutela Deferida Parcialmente: 01
- z. Sem Resolução do Mérito: 172
- aa. Sem Resolução do Mérito - Desistência da Ação: 07
- bb. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 03
- cc. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência das condições da ação: 12
- dd. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 02
- ee. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por desistência: 15
- ff. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por negligência das partes: 02
- gg. Sem Resolução do Mérito - Extinto o processo por Perempção, litispendência ou coisa julgada: 09
- hh. Sem Resolução do Mérito - Indeferida a petição inicial: 07
- ii. Sem Resolução do Mérito - Indeferimento de Petição Inicial: 04
- jj. Sem Resolução do Mérito - Não conhecido o recurso: 01
- kk. **Vazias: 14**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

- 0133100-66.2015.4.02.5001
- 0125033-62.2015.4.02.5050
- 0121927-92.2015.4.02.5050 - Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).
- 0122038-76.2015.4.02.5050 - Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).
- 0122359-14.2015.4.02.5050- Salvo melhor juízo, a classificação correta para esta sentença seria tipo tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas).

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

- **0112128-59.2014.4.02.5050**
- **0100406-44.2015.4.02.5001**
- **0100839-95.2015.4.02.5050**
- **0105879-92.2014.4.02.5050**
- **0112128-59.2014.4.02.5050**

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0000396-05.2016.4.02.5050
- 0000474-96.2016.4.02.5050
- 0000485-28.2016.4.02.5050
- 0000587-50.2016.4.02.5050
- 0000590-05.2016.4.02.5050

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

- 0126484-25.2015.4.02.5050
- 0126850-61.2015.4.02.5051
- 0126685-17.2015.4.02.5050
- 0127527-47.2015.4.02.5001
- 0125801-38.2015.4.02.5001

Fonte: Mapas - Planilha Apolo Excel – Intimados, Apolo – Secretaria – Relatórios – Estatística de sentenças e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 02/05/2016.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

"Além de identificadores eletrônicos, é dado prioridade aos feitos com prioridade legal, observando a ordem de conclusão e os distribuídos há mais tempo. Tudo em consonância com o artigo 12 do novo Código de Processo Civil."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição:

"Diariamente os processos em fase de sentença são encaminhados ao apoio ao gabinete para uma nova análise e, sendo o caso, é feita conclusão do processo para sentença. Em seguida, o processo é localizado em uma mesa virtual para elaboração da minuta, obedecendo à ordem de antiguidade de distribuição e de conclusão. Como o número de processos conclusos permanece baixo, semanalmente é feito este acompanhamento."

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.4.

17. EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	418	418
	Total		418	418

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 02/05/2016.

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 31/01/2015 a 31/01/2016).

(Art. 217, II, da CNCR)

a. Total de requisições: 2.436



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 102 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 49

. Enviados: 2.142

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 0

. Enviados: 38

- Precatórios Parcelados: Não há

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 04/05/2016

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, não existem dados para impressão do relatório, não havendo, portanto, processos com bens penhorados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Secretaria – Consultas – Bens penhorados.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)

De acordo com o mapa obtido no sistema Apolo, foram encontrados 34 (trinta e quatro) objetos, porém, **nenhum deles possui conteúdo econômico para ser listado neste relatório.**

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**
(ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Verificados os livros/pastas obrigatórios(as) (art. 148, da Consolidação de Normas) e não foi identificado irregularidade.

*I – livro de ponto dos servidores;
II – livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo;
III – livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio;
IV – livro de entrega de autos às partes sem traslado;
V – livro de carga ao Ministério Público;
VI – livro de reclamações;
XII – pastas de atos do plantão”
Livro de Ponto dos servidores com anotações atualizadas e regulares. Todo acervo processual deste Juizado tramita de forma eletrônica, não demandando utilização de pastas para arquivamento de quaisquer remessas ou expedientes.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

→ **ESPAÇO FÍSICO**

De acordo com o questionário pré-correição:

“ Nada para relatar, tendo em vista a ótima instalação da Sede da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo. Vistoriados os móveis e equipamentos de informática afetos ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

patrimônio desta Unidade e encontram-se em conformidade com a relação de bens fornecidos pela Seção de Patrimônio."

Fonte: Questionário pré-correição, item 4.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

" 6.2.1. Três meses: julgar os processos distribuídos em 2013 (processos 01018945220134025050 e 00068920820134025001), além de manter a conclusão (despacho/decisão/sentença) dos processos em menos de 30 dias, de continuar a observar os artigos 180 e 181 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região e de continuar a despachar as iniciais, prevenções e pedidos de tutela antecipada com prioridade.

6.2.2. Seis meses: julgar os processos distribuídos em 2014 pendentes de sentença, identificados abaixo:

- o 00066038820144025050*
- o 01122654120144025050*
- o 01122419520144025055*
- o 00071339220144025050*
- o 01169166920144025001*
- o 00071130420144025050*
- o 00067545420144025050*
- o 01145423020144025050*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

o 01114487420144025050
o 01068281920144025050
o 00050007720144025050
o 01103029520144025050
o 01033154320144025050
o 00019929220144025050
o 00041675920144025050
o 00038324020144025050

6.2.3. Um ano: Além de atingir a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, reduzir o acervo deste Juizado, caso o atual contexto se mantenha, para 1.800 processos e reduzir o tempo médio de duração do processo."

Fonte: Questionário pré-correção, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Isabelle Habib Oliveira, Mat. nº 11.750